



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo administrativo de nº 2026.07.0070

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1 Contratação de prestação de serviços de assessoria técnica contábil, orçamentária, financeira e administrativa para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB, conforme detalhado abaixo:

1.1.1 – Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social do município de Pitimbu/PB

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	UNID.	QUANT
1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, ELABORAÇÃO DOS BALANÇENTES MENSIS, ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO, RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF, GERAÇÃO E ENVIO DA MATRIZ DE SALDO CONTÁBIL – MSC AO SICONFI, ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O CADASTRO DA DÍVIDA PÚBLICA – CDP A STN/SICONFI, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE GESTÃO CONTÁBIL JUNTO ÀS EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS-PB, ELABORAÇÃO DE DEFESAS/JUSTIFICATIVAS, QUE REFLITAM SOBRE ATOS E FATOS CONTÁBEIS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS-PB, ANÁLISE TÉCNICA DE GESTÃO PÚBLICA JUNTO AS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS, EMISSÃO DE PARECER CONTÁBIL E/OU ADMINISTRATIVO QUE REFLITAM EM ATOS E FATOS CONTÁBEIS, COM FULCRO NA LEI 4.320/64, ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE PROJETOS DE LEI QUE REFLITAM E/OU AFETEM ATOS E/OU FATOS CONTÁBEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU / PB E AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PITIMBU / PB.	MÊS	12	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – SIOPE.	BIMESTRE	6	R\$ 2.600,00	R\$ 15.600,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PCA – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU/PB.	UNID.	1	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
VALOR TOTAL:				R\$ 197.600,00	

1.1.2 – Fundo Municipal de Saúde do município de Pitimbu/PB

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	UNID.	QUANT
------	---------------	-------	-------	-------	-------



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, FECHAMENTO DOS BALANÇES MENSAIS, ELABORAÇÃO DO ANEXO XII DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE GESTÃO CONTÁBIL JUNTO ÀS EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS-PB, ELABORAÇÃO DE DEFESAS/JUSTIFICATIVAS, QUE REFLITAM SOBRE ATOS E FATOS CONTÁBEIS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS-PB, ANÁLISE TÉCNICA DE GESTÃO PÚBLICA JUNTO ÀS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS, EMISSÃO DE PARECER CONTÁBIL E/OU ADMINISTRATIVO QUE REFLITAM EM ATOS E FATOS CONTÁBEIS, COM FULCRO NA LEI 4.320/64, ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE PROJETOS DE LEI QUE REFLITAM E/OU AFETEM ATOS E/OU FATOS CONTÁBEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PITIMBU / PB.	MÊS	12	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE – SIOPS.	BIMESTRE	6	R\$ 2.600,00	R\$ 15.600,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PCA – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PITIMBU/PB.	UNID.	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
VALOR TOTAL:				R\$ 93.600,00	

VALOR TOTAL: **R\$ 291.200,00** (Duzentos e noventa e um mil e duzentos reais).

1.2. Legislação:

Conforme disposições do inciso III e do parágrafo 1º, ambos do artigo 74 da Lei 14.133/2021, Decreto 097/2024 de 03 de janeiro de 2024, Prefeitura Municipal de Pitimbu, faz saber que está em andamento um processo de compra direta por inexigibilidade de licitação devido à inviabilidade de competição, conforme segue:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Justificativa da necessidade da contratação do Gabinete da Prefeita

A presente contratação tem por objetivo suprir a necessidade de apoio técnico especializado nas áreas contábil, orçamentária, financeira e administrativa, visando assegurar a adequada execução das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pela Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

A Administração Pública está sujeita a um conjunto de normas, princípios e procedimentos que exigem elevado grau de conhecimento técnico para garantir a correta gestão dos recursos públicos, a elaboração e acompanhamento da execução orçamentária, o cumprimento das exigências legais e fiscais, bem como a prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada torna-se indispensável para prestar assessoria técnica contínua, oferecendo suporte na execução das rotinas contábeis, financeiras, orçamentárias e administrativas, na elaboração de demonstrativos, relatórios gerenciais, análises técnicas, acompanhamento da legislação pertinente e orientação quanto à correta aplicação das normas expedidas pelos órgãos competentes, contribuindo para a eficiência, transparência e segurança dos atos administrativos.

Além disso, a constante atualização da legislação aplicada à administração pública, especialmente no que se refere às normas de contabilidade pública, responsabilidade fiscal, planejamento governamental, execução orçamentária e financeira, exige acompanhamento técnico permanente, minimizando riscos de inconsistências, falhas procedimentais e apontamentos pelos órgãos fiscalizadores.

A contratação também contribuirá para o fortalecimento da gestão pública municipal, proporcionando maior eficiência na tomada de decisões, aprimoramento dos controles administrativos, melhoria dos processos internos e maior segurança na execução das ações governamentais, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, considerando a complexidade das atividades desenvolvidas, a necessidade de suporte técnico especializado e a busca pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, justifica-se a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica contábil, orçamentária, financeira e administrativa para atender às demandas do Fundo Municipal de Assistência Social e da Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB.

2.2 Justificativa da necessidade da contratação da Secretaria de Saúde

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade do Fundo Municipal de Saúde do Município de Pitimbu/PB, mediante a prestação de serviços de assessoria técnica contábil, orçamentária, financeira e administrativa, proporcionando suporte especializado à gestão dos recursos públicos destinados às ações e serviços de saúde.

A gestão do Fundo Municipal de Saúde envolve a execução de recursos provenientes das esferas federal, estadual e municipal, exigindo rigoroso controle contábil, financeiro e orçamentário, bem como o cumprimento das normas estabelecidas pela legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à contabilidade pública, à responsabilidade fiscal, ao planejamento governamental e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada é necessária para prestar assessoramento técnico contínuo, auxiliando na execução das rotinas contábeis, orçamentárias, financeiras e administrativas, na elaboração de demonstrativos, relatórios técnicos, acompanhamento da execução orçamentária e financeira, orientação quanto à correta aplicação da legislação pertinente e atendimento às exigências dos órgãos de controle interno e externo.

A constante atualização das normas aplicáveis à administração pública e à gestão dos recursos da saúde demanda acompanhamento técnico permanente, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos, a prevenção de inconsistências nos registros contábeis e financeiros, o fortalecimento dos controles internos e a mitigação de riscos relacionados à execução orçamentária e à prestação de contas.

Além disso, a assessoria técnica permitirá maior eficiência na gestão administrativa e financeira do



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

Fundo Municipal de Saúde, oferecendo suporte à tomada de decisões, aperfeiçoando os processos internos e garantindo maior segurança jurídica e técnica na condução das atividades administrativas, refletindo diretamente na melhoria da gestão dos recursos destinados às políticas públicas de saúde.

Diante da complexidade das atribuições desempenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde, da necessidade de observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na gestão pública, bem como da importância de assegurar o adequado gerenciamento dos recursos públicos destinados ao atendimento da população, justifica-se a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica contábil, orçamentária, financeira e administrativa para atender às demandas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Pitimbu/PB.

2.1.1 - Garantia do bom funcionamento administrativo;

Assegurando suporte técnico às atividades contábeis, orçamentárias, financeiras e administrativas dos órgãos municipais.

2.1.2 - Apoio às atividades operacionais;

Proporcionando assessoramento especializado para a execução das rotinas administrativas e o cumprimento das obrigações legais.

2.1.3 - Melhoria na eficiência dos serviços;

Por meio do aperfeiçoamento dos processos internos, fortalecimento dos controles administrativos e suporte à tomada de decisões.

2.1.4 - Atendimento as demandas da população;

Contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, transparente e capaz de assegurar a adequada prestação dos serviços públicos.

2.1.5 - Obrigação legal e normativo;

Observando a legislação vigente, as normas de contabilidade aplicada ao setor público, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as determinações dos órgãos de controle.

2.1.6 - Continuidade das atividades essenciais;

Garantindo suporte técnico permanente para que não haja descontinuidade das rotinas administrativas, contábeis, orçamentárias e financeiras indispensáveis ao funcionamento da Administração Pública.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de Pitimbu, observando o disposto no art. 141 da Lei Federal nº. 14.133/21.

3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

3.2.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

3.3 - O pagamento será feito mediante transferência do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.

3.4 - O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.6 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

4. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.

4.1 O serviço deverá iniciar em até 24 (vinte e quatro) horas, após a assinatura do Contrato.

4.2 O objeto se dará após a celebração de instrumento contratual que terá como prazo de vigência 12 (doze) meses, podendo ser rescindido (art. 137, da Lei 14.133/2021).

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outras despesas que não seja o proposto pela empresa vencedora.

5. DA PESQUISA DE PREÇOS

Por se tratar de contratação direta por inexigibilidade de licitação, a estimativa de preços será realizada com o objetivo de demonstrar a compatibilidade do valor da contratação com os preços praticados pelo mercado, em observância ao disposto nos arts. 23 e 74 da Lei nº 14.133/2021.

A compatibilidade do preço poderá ser comprovada mediante a análise de um ou mais dos seguintes elementos, conforme a disponibilidade das informações:

- contratos celebrados pela futura contratada com outros órgãos ou entidades da Administração Pública;
- notas fiscais emitidas pela futura contratada em serviços de natureza semelhante;
- propostas comerciais apresentadas pela futura contratada;
- pesquisas em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- outras fontes idôneas que demonstrem que o valor pretendido é compatível com o mercado.

A pesquisa de preços integrará os autos do processo administrativo e servirá como fundamento para demonstrar a razoabilidade do valor da contratação, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, motivação e interesse público, bem como às exigências da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes dessa contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício **2026**, conforme abaixo:

2010 - GABINETE DO PREFEITO

2010.04.122.2039.2528 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

2220 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

2220.04.122.2036.2526 - MANUTEN.ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2230 - SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS

2230.04.123.2038.2527 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC.DE FINANÇAS

2240 - SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA E PLANEJAMENTO URBANO

2240.04.129.2034.2585 - MANUTENÇÃO DAS ATIVID DA SEC DE RECEITA E PLANEJAMENTO

2280 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL HUMANO

2280.08.244.2045.2597 - MANT. ATIV. DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -SEDESH

2270 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2270.10.301.2043.2446 - MANUT.DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS LIGADOS À SAUDE

3.3.90.35.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

OS RECURSOS SERÃO PROVENIENTES DE RECURSOS DO TESOIRO MUNICIPAL.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

7.1 As propostas poderão ser encaminhadas a Central de Compras do município através do e-mail compras.pmppb2021@hotmail.com ou entregues pessoalmente mediante protocolo no endereço Rua João Bispo, nº 117 – Centro – Pitimbu/PB – CEP: 58.324-000.

8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

8.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- b.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) emitido em até **90** (noventa) dias anterior a data da abertura dos envelopes;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de **Contribuinte Estadual**, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- e) Prova de Regularidade através da apresentação de certidão negativa da inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho conforme dispõe o art. 3º da Lei 12.440/2011.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não conste prazo de validade da certidão, serão aceitas certidões emitidas nos **últimos 90 (noventa) dias** antes da data da sessão de abertura da licitação, descrita no preâmbulo do Edital.

a.1) Caso a referida certidão **não abranja o Processo Judicial Eletrônico**, e este já for instalado na Comarca, sede da pessoa jurídica/física, deverá a empresa licitante, ainda, comprovar sua qualificação econômico-financeira também através desta certidão, pois a mesma abrange os processos judiciais eletrônicos.

8.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Demonstração da notória especialização da contratada, através de contratos similares, atestados de capacidade técnica, certificados nível superior, cursos, treinamentos, bem como, demais documentos que demonstrem a qualificação diferenciada do proponente para execução dos serviços.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E CONTRATANTE:

9.1 O Contratado obriga-se a:

9.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.1.3 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.1.4 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.1.5 – O contratado responsabilizar-se-á pelos tributos e despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, sem a inclusão, de expectativa inflacionária ou encargos financeiros, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos.

9.1.1.6 - O CONTRATADO ficará responsável pela execução tempestiva dos serviços solicitados.

9.1.1.7 – Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo contratante, quando da execução do contrato, que represente integralmente em todos os seus atos.

9.1.1.8 – Não ceder, transferir ou subcontratar no todo ou em parte o objeto deste instrumento.

9.1.1.9 - O contratado terá a obrigação de manter, durante todo o exercício do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.1.1.10 – Realizar visitas **IN LOCO**, para prestação dos serviços.

9.1.1.11– Arcar com despesas com deslocamento ao Município de Pitimbu, e em toda região metropolitana de João Pessoa, incluindo, as comarcas de CAAPORÃ, CONDE e ALHANDRA.

9.2 –OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.2.1 A Contratante obriga-se a:

9.2.1.1 - Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

9.2.1.2 Emitir a Ordem de Serviço;

9.2.1.3 - Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

9.2.1.4 - Proporcionar acesso e movimentação do pessoal da CONTRATADA às suas instalações e documentos necessários a boa prestação dos serviços;

9.2.1.5 - Efetuar o pagamento ao contratado de cada uma das parcelas, quando o mesmo cumprir com todas as determinações contidas neste instrumento contratual.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

9.2.1.6 - Fiscalizar e acompanhar os serviços, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, observando o fiel cumprimento das exigências constantes do termo de referência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da Contratada com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;

9.2.1.7. Cientificar o órgão de representação jurídica da Prefeitura para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.2.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2.1.9 A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias** a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.2.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**.

9.2.1.11 .Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2.1.12 - Havendo a necessidade de deslocamento e hospedagem em outro estado da federação, para além do Estado da Paraíba, essas despesas serão custeadas pelo PROPONENTE CONTRATANTE, sem decréscimo do pagamento devido ao PROPONENTE CONTRATADO.

10. DO REAJUSTAMENTO:

10.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo por 12 (doze) meses.

10.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

10.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

11. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

11.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

- d) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei Federal n.º 14.133/21, pelas infrações administrativas previstas neste contrato:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 - Na aplicação das sanções serão considerados o disposto no art. 156, § 1º da Lei Federal n.º 14.133/2021:

12.4 A sanção prevista na alínea "a" do subitem 12.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 12.1 alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5 A sanção prevista no subitem 12.2 "b" será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.1.

12.6 A sanção prevista no subitem 12.2 "c" será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", do subitem 12.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 2 (dois) anos.

12.7 A sanção prevista no subitem 12.2 "d" será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i", "j" do subitem 12.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos "b", "c", "d", "e", do subitem 12.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.8, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

12.8 A sanção estabelecida na alínea "d" subitem 14.2 será precedida de análise jurídica e observará o disposto no § 6º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.9 As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 12.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do subitem 12.2.

12.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11 A aplicação das sanções previstas no subitem 12.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

13.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

ASSINATURA DO REQUERENTE:

Pitimbu/PB, 08 de julho de 2026


MICHELLY CRISTOVAM TAVARES
Chefia de Gabinete da Prefeita


FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PITIMBU
Gestora: MICHELLE BATISTA DOS SANTOS BARBOSA
Secretaria Municipal de Saúde